



ARQUIMEMÓRIA 6
SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

NOVOS DISCURSOS, VELHAS PRÁTICAS: ANÁLISE DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL DO PARQUE EVALDO CRUZ E CINE CAPITÓLIO EM CAMPINA GRANDE - PB

NUEVOS DISCURSOS, VIEJAS PRÁCTICAS: ANÁLISIS DE LOS PROYECTOS DE INTERVENCIÓN Y GESTIÓN PATRIMONIAL DEL PARQUE EVALDO CRUZ Y CINE CAPITÓLIO EM CAMPINA GRANDE - PB

NEW DISCOURSES, OLD PRACTICES: ANALYSIS OF THE HERITAGE MANAGEMENT AND INTERVENTION PROJECTS FOR PARQUE EVALDO CRUZ AND CINE CAPITÓLIO IN CAMPINA GRANDE - PB

Eixo 1 – Patrimônio, democracia e direitos humanos

Fabiano Rocha Diniz

Doutor, Universidade Federal de Pernambuco, fabiano.diniz@ufpe.br

Geicy Palmeira Gomes Ferreira

Mestranda, Universidade Federal de Pernambuco, geicy.palmeira@ufpe.br

Geisa da Silva Oliveira

Mestranda, Universidade Federal de Pernambuco, geisa.soliveira@ufpe.br

Yara Mabell Gomes Patriota

Mestranda, Universidade Federal de Pernambuco, yara.patriota@ufpe.br

Resumo:

Planejamento e gestão são conceitos frequentemente associados ao campo empresarial, contudo, independentemente da área de aplicação, são fundamentais para alcançar objetivos específicos. Este trabalho aborda o conceito de planejamento e gestão patrimonial, um tema de crescente relevância nas políticas públicas de cidades que possuem bens culturais sob sua tutela. Desde 2022, a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) tem realizado um conjunto de obras por meio do programa “Obra pra Todo Lado”, amplamente divulgado em suas redes sociais. Algumas dessas intervenções impactam diretamente bens imóveis de importância histórica e cultural para a cidade, como o Cine Capitólio e o Parque Evaldo Cruz, popularmente conhecido como Açude Novo, objetos do presente estudo. Nesse contexto, objetiva-se analisar a abordagem adotada pela PMCG em seus projetos, com o intuito de compreender se a gestão patrimonial e os processos decisórios sobre a materialidade desses bens culturais têm sido conduzidos de forma participativa e democrática. Para tanto, utiliza-se o método de análise documental, abrangendo o período de 2022 a 2024, com pesquisas em acervos públicos e privados. Os resultados obtidos revelaram deficiências democráticas na gestão e no planejamento do patrimônio na cidade de Campina Grande, evidenciando que a abordagem utilizada, conforme a escala de participação proposta por Souza (2002), frequentemente resulta em situações de não-participação ou pseudoparticipação. Espera-se que este



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

estudo impulsiona o debate sobre a gestão e o planejamento patrimoniais participativos, incentivando a discussão acerca de novos modelos de gestão e métodos de participação cidadã, bem como das posturas e ações que tanto os gestores públicos quanto a população devem adotar para a formulação de políticas públicas municipais mais democráticas.

Palavras-chave: Planejamento e gestão, Gestão patrimonial, Participação popular.

Resumen:

La planificación y la gestión son conceptos muchas veces asociados al ámbito empresarial, sin embargo, independientemente del área de aplicación, son fundamentales para alcanzar objetivos concretos. Este trabajo aborda el concepto de planificación y gestión del patrimonio, un tema de creciente relevancia en las políticas públicas de las ciudades que tienen bienes culturales bajo su tutela. Desde 2022, el Municipio de Campina Grande (PMCG) realiza una serie de obras a través del programa “Obra pra Todo Lado”, ampliamente difundido en sus redes sociales. Algunas de estas intervenciones impactan directamente bienes de importancia histórica y cultural para la ciudad, como el Cine Capitól y el Parque Evaldo Cruz, conocido popularmente como Açude Novo, objetos del presente estudio. En este contexto, el objetivo es analizar el enfoque adoptado por PMCG en sus proyectos, con el objetivo de comprender si la gestión del patrimonio y los procesos de toma de decisiones sobre la materialidad de estos bienes culturales se han llevado a cabo de manera participativa y democrática. Para ello se utiliza el método de análisis documental, abarcando el periodo de 2022 a 2024, con investigaciones en colecciones públicas y privadas. Los resultados obtenidos revelaron deficiencias democráticas en la gestión y planificación del patrimonio en la ciudad de Campina Grande, mostrando que el enfoque utilizado, según la escala de participación propuesta por Souza (2002), resulta muchas veces en situaciones de no participación o pseudo-participación. Se espera que este estudio impulse el debate sobre la gestión y planificación participativa del patrimonio, fomentando la discusión sobre nuevos modelos de gestión y métodos de participación ciudadana, así como las posturas y acciones que tanto los gestores públicos como la población deben adoptar para la formulación de políticas más Políticas públicas municipales democráticas.

Palabras clave: Planificación y gestión, Gestión de activos, Participación popular.

Abstract:

Planning and management are concepts frequently associated with the business field; however, regardless of the area of application, they are essential to achieve specific objectives. This work addresses the concept of heritage planning and management, a topic of increasing relevance in public policies in cities that have cultural assets under their guardianship. Since 2022, the Municipality of Campina Grande (PMCG) has been carrying out a series of works through the “Obra pra Todo Lado” program, widely publicized on its social networks. Some of these interventions directly impact real estate assets of historical and cultural importance to the city, such as Cine Capitólio and Parque Evaldo Cruz, popularly known as Açude Novo, which are the objects of this study. In this context, the objective is to analyze the approach adopted by PMCG in its projects, in order to understand whether heritage management and decision-making processes regarding the materiality of these cultural assets have been conducted in a participatory and democratic manner. To this end, the documentary analysis method is used, covering the period from 2022 to 2024, with research in public and private collections. The results obtained revealed democratic deficiencies in the management and planning of heritage in the city of Campina Grande, showing that the approach used, according to the scale of participation proposed by Souza (2002), often results in situations of non-participation or pseudo-participation. It is expected that this study will stimulate the debate on participatory heritage management and planning, encouraging discussion about new management models and methods of citizen participation, as well as the positions and actions that both public managers and the population should adopt to formulate more democratic municipal public policies.

Keywords: Planning and management, Heritage management, Popular participation.

NOVOS DISCURSOS, VELHAS PRÁTICAS: ANÁLISE DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL DO PARQUE EVALDO CRUZ E CINE CAPITÓLIO EM CAMPINA GRANDE - PB

1 INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se como uma pesquisa documental que visa analisar o modelo de gestão e planejamento patrimonial que tem se configurado recentemente na cidade de Campina Grande - PB (Figura 1). Para tanto, foram selecionados dois objetos de estudo: o Parque Evaldo Cruz e o Cine Capitólio, ambos bens culturais materiais situados no centro da cidade (Figura 2), os quais estão atualmente passando por intervenções em sua materialidade como parte de um grande pacote de ações promovido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande - PMCG, destinado à revitalização de alguns cartões postais urbanos, sob o slogan “Obra pra todo lado”.

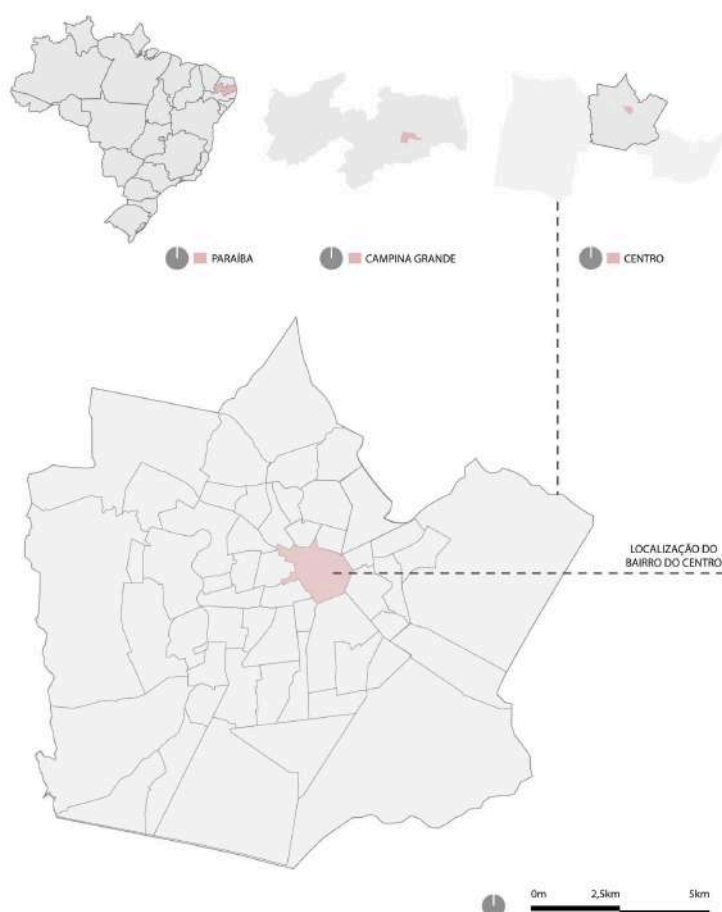


Figura 1: Localização do município de Campina Grande.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, modificado pelos autores (2024)



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

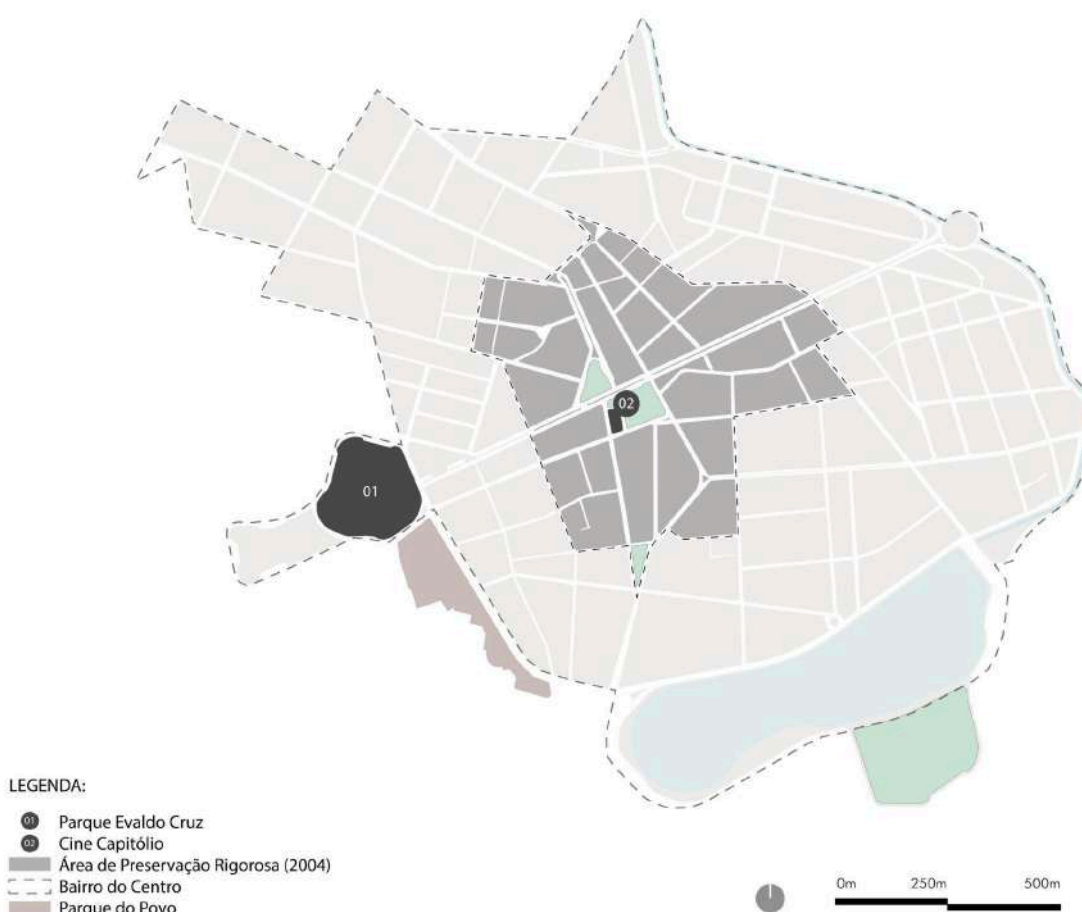


Figura 2: Área de delimitação do Centro Histórico de Campina Grande, respectivamente.
Fonte: Prefeitura municipal de Campina Grande, modificado pelos autores (2024)

Objetiva-se com o presente trabalho promover o debate sobre posturas, ações e métodos adotados pelo governo municipal no âmbito da gestão patrimonial campinense, bem como analisar de que forma a equação dessas variáveis pode contribuir para a formulação de políticas públicas patrimoniais democráticas e participativas. Ademais, busca-se remontar a história cultural dos objetos de estudo aqui analisados, contribuindo assim para o reconhecimento de seus valores histórico e patrimonial e para a manutenção da integridade física desses bens frente às diversas intervenções deliberadas sobre sua materialidade.

Como forma de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa empregou o método de análise documental, no qual a partir de materiais históricos encontrados em acervos públicos e privados, elabora-se a narrativa aqui contada, entendendo esses materiais analisados como documentos monumentos, por se tratar de um produto da sociedade que o fabricou, assim como indica Le Goff (2007).

O artigo estrutura-se em quatro seções. A primeira trata do caminho metodológico utilizado e os suportes teóricos que dão respaldo à pesquisa. A segunda seção aprofunda-se nos objetos de estudo já apresentados e contextualiza as respectivas problemáticas. A terceira aborda o planejamento e gestão patrimonial participativos, suas características e desafios. E por fim, a última parte, concentra-se nas considerações finais e contribuições do estudo acerca do tema abordado.



2 PERCURSO METODOLÓGICO E APORTE TEÓRICO

Este artigo se configura como um excerto de duas dissertações de mestrado em desenvolvimento pela Universidade Federal de Pernambuco, através do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, nas quais refletem sobre a gestão patrimonial do Cine Capitólio e sobre a descaracterização contínua do festejo junino, ambos, na cidade de Campina Grande - PB. Para tanto, foi realizado um trabalho investigativo acerca da temática, através de pesquisa documental, método no qual Fonseca (2002, p.32) classifica como:

O procedimento de análise documental é aquele em que o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados no decorrer da pesquisa — excetuando-se o contexto da História Oral. Cabe ao procedimento de análise documental, entretanto, circunscrever o que será considerado documento e com que arcabouço epistemológico realizará sua abordagem (Fonseca, 2002, p. 32).

A coleta de dados foi realizada no período de 2022 a março de 2024, nos acervos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência de Campina Grande - SEPLAN, do Diário da Borborema, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, e em acervos privados de atores essenciais para o arrolar dos fatos aqui narrados. Dentre os materiais coletados podemos destacar autorizações de demolição, ações cautelares, plantas técnicas, processos de tombamento, recortes de jornais, fotografias, notícias online, dentre outros.

Como aporte teórico utilizaremos Souza (2002) e Buarque (1999) para aprofundarmos conceitos como gestão e planejamento. De La Mora (2012) e Pontual (2012) nos ajudam a compreender o Planejamento e Gestão sob o viés do patrimônio. Fundação Konrad Adenauer (2004), Cunha (2019) nos dão as bases para compreensão da participação cidadã em políticas públicas. Para além disso, contamos com autores como Lima (2002), Oliveira (2005), Queiroz (2008), Minda (2008), Souza (2009), Nóbrega (2010), Costa (2010), Cabral Filho (2010) e Lima (2020), que fazem uma leitura historiográfica da cidade de Campina Grande.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Campina Grande, situada no estado da Paraíba, é um dos municípios mais influentes da região Nordeste do Brasil. Segundo o censo do IBGE de 2022, sua população é de 419.379 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana, formada por dezessete municípios, possui uma população estimada em 642.684 habitantes. A cidade destaca-se por seu desenvolvimento educacional, com vinte e uma universidades e faculdades, sendo três delas públicas, tecnológico, com a produção de tecnologia de ponta, e cultural, sendo famosa por seu São João, uma das maiores festas juninas do mundo, que atrai milhares de turistas anualmente. Além disso, Campina Grande é um polo industrial significativo e possui uma posição geográfica privilegiada, que facilita o acesso às principais cidades do Nordeste (IBGE, 2022; Prefeitura de Campina Grande, 2024).

Campina Grande também detém o segundo maior PIB entre os municípios da Paraíba, correspondendo a 15,63% de toda a riqueza gerada no estado (Prefeitura de Campina Grande, 2024). Recentemente, a cidade iniciou um dos maiores ciclos de investimentos de sua história, com a execução de um pacote de obras estruturantes que totalizam 62 milhões de dólares, equivalente a meio bilhão de reais. Liderado pelo prefeito Bruno Cunha Lima, esse conjunto de intervenções é considerado o mais ambicioso já realizado na cidade e abrange diversas áreas estratégicas. Entre as principais obras, destacam-se a requalificação e revitalização do Parque



Evaldo Cruz (Açude Novo) e sua integração ao Parque do Povo e a reforma do Cine Capitólio, que será convertido em um equipamento público vinculado à Rede Municipal de Educação (Jornal da Paraíba, 2023).

O Parque Evaldo Cruz, também conhecido como Açude Novo, é uma das áreas mais emblemáticas de Campina Grande, originalmente construído em 1830 para o abastecimento de água, mas que ao longo do tempo se transformou em um parque urbano. O Cine Capitólio, por sua vez, inaugurado em 1934, é outro marco histórico e cultural da cidade. Por muitos anos, foi o principal espaço de exibição cinematográfica, sendo palco de importantes estreias e eventos culturais.

Além dessas intervenções, a cidade contará com a implantação do Parque Tecnológico de Campina Grande, novos terminais de integração, e um Data Center. No âmbito da mobilidade urbana, o plano inclui a pavimentação e drenagem de 250 ruas, o prolongamento da Avenida Floriano Peixoto e a duplicação da Avenida Francisco Lopes de Almeida, entre outras intervenções de grande impacto (Jornal da Paraíba, 2023).

3.1 Parque Evaldo Cruz

A formação e a transformação do município de Campina Grande estão intrinsecamente entrelaçadas com a história dos seus dois principais reservatórios de água: o Açude Velho¹ e o Açude Novo, situados próximos um do outro. O Açude Velho, com maior capacidade, foi construído em resposta à grande seca de 1824-1825, que devastou o Nordeste, e suas águas eram utilizadas para saciar a sede dos animais e para outros usos gerais. O Açude Novo (Figura 3), concluído por volta de 1830, destacou-se pela qualidade superior de suas águas, sendo destinado ao abastecimento humano. Ao longo do século XIX até meados do século XX, esses reservatórios desempenharam um papel fundamental na atração de tropeiros, na realização de feiras de gado e na dinamização do comércio regional, consolidando-se como elementos estruturantes do tecido urbano. O desenvolvimento do centro comercial ocorreu, em grande parte, no entorno desses açudes, que se tornaram marcos na organização espacial da cidade. Ademais, nas proximidades do Açude Novo, um espaço conhecido como 'os coqueiros de Zé Rodrigues' tornou-se um ponto de encontro para a população local, adquirindo especial importância durante o período junino, servindo como palco para quadrilhas festivas e para a apreciação de comidas e bebidas típicas, reforçando as tradições culturais e o sentido de comunidade entre os campinenses. Em 1939, a chegada do abastecimento de água encanada, resultante da inauguração do Serviço de Saneamento municipal, representou um ponto de inflexão na função do Açude Novo, que gradualmente deixou de ser a principal fonte de água potável e passou a integrar o traçado urbano como parte do planejamento visual da área central do município (Nóbrega, 2010).

¹ Durante alguns anos, pelo restante do século XIX e XX, o Açude Velho ocupou o posto de maior reservatório público do planalto da Borborema, desempenhando um papel crucial na sobrevivência da vila e, posteriormente, da cidade. Segundo Almeida (1962, p. 107-108): "Servia para tudo e para todos, aos do lugar e aos de fora. Suportou as secas históricas de 1845 e 1877, retendo água suficiente para acudir às urgências da calamidade. Evitou o êxodo total, deteve a marcha dos sertanejos em retirada".



ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figura 3: Fotografia da Rua Lino Gomes, capturando à direita o Açude Novo, ainda como reservatório d'água, e à esquerda, os Coqueiros de Zé Rodrigues, local que atualmente abriga o Parque do Povo.

Fonte: Blog CG Retalhos²

Na década de 1950, com a população ultrapassando os cem mil habitantes, surgiram novas demandas por infra estruturas, o que inevitavelmente redefiniu os espaços ao redor do Açude Novo. A construção do Convento das Clarissas, em 1953, e do Teatro Municipal Severino Cabral, em 1963, exemplificam essa transformação. Ambas as construções se isolaram do ambiente circundante, bloqueando qualquer conexão visual com o açude, evidenciando a desconexão entre as novas construções e o antigo reservatório. **É intrigante que, apesar de sua importância histórica e funcional, o Açude Novo não tenha sido considerado na época como um elemento articulador na concepção das novas edificações³.**

A partir da década de 1960, o Açude Novo começou a se deteriorar devido às recorrentes secas (Figura 4), resultando, nos anos 1970, em sua transformação em um terreno pantanoso. Em resposta, a administração municipal decidiu aterrar-lo e convertê-lo em um parque circular. Inaugurado em 31 de janeiro de 1976, com uma área de 46.875 metros quadrados, o espaço foi denominado Parque do Açude Novo. O projeto foi elaborado pelo arquiteto campinense Renato Azevedo, em colaboração com uma equipe multidisciplinar de Recife, incluindo arquitetos, paisagistas, advogados e administradores (Lima Neto *et al.*, 2016). A conversão do açude em parque refletiu um processo de "gentrificação"⁴ da área central da cidade, alinhado aos parâmetros do planejamento urbano moderno.

² Retalhos Históricos de Campina Grande. **Memória Fotográfica:** Açude Novo. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2012/01/memoria-fotografica-acude-novo.html>>.

³ Supõe-se que havia ressalvas quanto à utilização do Açude Novo como um espaço público na cidade, devido ao seu contexto como local de despejo de lixo e dejetos durante um período em que as condições de saneamento eram inadequadas, especialmente no Centro. Além disso, a crescente popularização de noções de higiene pode ter contribuído para o afastamento do açude como uma ressalva social.

⁴ A gentrificação, termo derivado do inglês *gentrification*, foi introduzido pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora analisou e descreveu as mudanças na organização espacial da cidade de Londres. Na língua portuguesa, o termo gentrificação é reconhecido como um neologismo, utilizado principalmente em textos acadêmicos, e possui o sentido de enobrecimento. Este conceito é amplamente aplicado em estudos sobre grandes cidades latino-americanas que passam por processos de melhorias e embelezamentos urbanos. A gentrificação ou enobrecimento apresenta dois aspectos antagônicos: em um, beneficia os moradores locais de baixa renda em áreas degradadas que recebem melhoramentos; no outro, leva à expulsão direta ou indireta dos residentes, seja por desapropriações ou pela supervalorização dos imóveis após as melhorias. O Estado pode atuar de forma dicotômica, ora favorecendo interesses de especulação imobiliária sob a justificativa de desenvolvimento econômico, ora resistindo aos avanços imobiliários para proteger as populações afetadas.



Figura 4: Açude novo na década de 60 seco e aterrado
Fonte: Blog CG Retalhos⁵

Na mesma época, Campina Grande enfrentava uma crise econômica e um crescimento acelerado da população urbana, o que levou à expansão de assentamentos precários ao redor do espaço. Em 1970, em meio a uma desarticulação entre o município e o governo federal, Luiz Motta Filho foi nomeado prefeito pelo presidente Médici. Para alinhar a cidade aos planos nacionais e fortalecer a economia local, Motta Filho desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). O plano refletia a política federal de desenvolvimento urbano aplicada em nível municipal, com levantamentos detalhados sobre aspectos sociais, físico-territoriais, institucionais e econômicos, visando preparar Campina Grande para o papel de pólo regional. Iniciado durante a gestão de Luiz Motta Filho, o PDLI foi finalizado sob a administração de Evaldo Cavalcanti Cruz, eleito em 1972, que direcionou o foco para o desenvolvimento urbanístico como estratégia de crescimento socioeconômico. Nesse contexto, surgiu o projeto de reforma do Açude Novo. (Oliveira, 2005).

A revitalização do Açude Novo foi concebida como um marco para diferenciar a antiga cidade ruralizada da nova cidade modernizada, conforme o estudo de Fabiano Souza (2013). Localizado no centro geográfico de Campina Grande, o açude era visto como um espaço estratégico para atividades recreativas, lazer e recuperação urbana, atendendo às necessidades das cidades de médio porte. A escassez de áreas apropriadas para equipamentos culturais e recreativos, e a falta de espaços de estacionamento, tornaram a urbanização ao redor do açude uma prioridade na gestão de Evaldo Cruz (Oliveira, 2005).

Frente ao desenvolvimento que Campina Grande vivenciava em meados do século XX tanto no âmbito populacional, como também começava a expandir o ensino superior e a produção industrial, o município foi incorporado ao planejamento integrado proposto pelo Governo Federal ao implantar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI 18), na década de 1970, que serviu para orientar o planejamento de organização da cidade, além de propiciar o desenvolvimento do município e sua região e corrigir os setores considerados deficientes da cidade, desde a área de educação e administração, até os problemas urbanísticos (Fernandes, 2011. p.13).

Além de melhorar a infraestrutura urbana, essa reurbanização também visava resolver deficiências ambientais graves. Conforme analisado por Maria José Oliveira (2005), o índice de área verde por habitante estava abaixo dos padrões globais, com cerca de 0,48 metros quadrados por habitante. Assim, a criação de uma área com alta densidade vegetativa era fundamental para atender às necessidades ambientais. Após perder sua função original de abastecimento, o Açude Novo foi submetido a um plano urbanístico e paisagístico para transformá-lo em um parque com ampla área arborizada e espaços para atividades recreativas e uso público. O Plano Trienal

⁵ Retalhos Históricos de Campina Grande. **Área do açude novo (década de 1960)**. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2015/02/area-do-acude-novo-decada-de-1960.html>>.

1974/1976, conforme descrito por Oliveira (2005), incluía a urbanização do Açude Novo e áreas circundantes, com a construção de diversos equipamentos, como um monumento em homenagem aos índios Ariús (Figura 5 e 6), o Museu de Arte Assis Chateaubriand (um marco da modernidade brutalista campinense), atual Secretaria Municipal da Cultura, uma área de recreação infantil e densa arborização (Figura 7). Em 1985, o parque foi renomeado como Parque Evaldo Cruz em homenagem ao prefeito falecido responsável por sua construção, embora na linguagem corrente dos campinenses continuasse a ser conhecido como Açude Novo.

No entanto, as transformações urbanísticas e paisagísticas não impediram que o parque enfrentasse desafios ao longo do tempo. Entre 1980 e 1982, o Parque do Açude Novo foi palco das festividades juninas de Campina Grande, com um arraial montado em frente ao Museu de Artes (Lima, 2002, p. 52). Apesar do impacto inicial positivo e da valorização contínua até meados da década de 1990, o parque começou a apresentar sinais de declínio. O projeto original do parque priorizou a vegetação como forma de mitigar o baixo índice de áreas verdes em Campina Grande. No entanto, com o tempo, o crescimento descontrolado das árvores acabou bloqueando a integração visual entre o parque e seu entorno.

Esse processo de declínio culminou na necessidade de uma reforma urbanística, iniciada em 2002 e finalizada em 2004, que visava revitalizar o espaço. Durante essa reforma, brinquedos infantis, como balanços e escorregadores, foram removidos, embora bancos e a fonte tenham sido renovados. A retirada desses equipamentos essenciais para as crianças e suas famílias acabou por reduzir a atratividade do local, comprometendo a função social do parque. Além das questões relacionadas ao mobiliário urbano, a reforma de 2002 não conseguiu resolver problemas estruturais, como a carência de iluminação. Esses fatores, combinados com a topografia rebaixada do parque, que dificultava a acessibilidade e a visibilidade, contribuíram para a percepção de insegurança entre os frequentadores. Esse contexto ressalta a importância de considerar a acessibilidade física, visual e simbólica na concepção e gestão de espaços públicos, como enfatiza Minda (*apud* Sun, 2008).

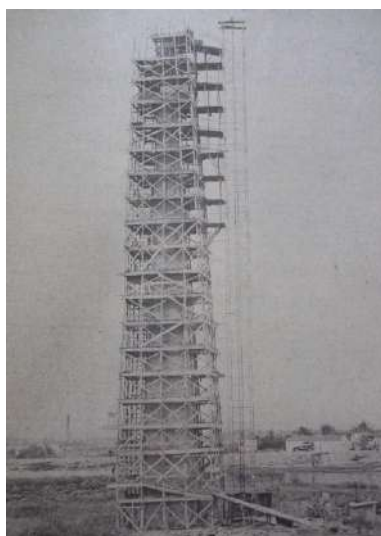


Figura 5 e 6: Construção do monumento obelisco no Açude Novo, em 1975 e monumento construído, s/d, respectivamente.
Fonte: Blog CG Retalhos⁶

⁶ Retalhos Históricos de Campina Grande. **O Obelisco do açude novo e Memória fotográfica:** Parque Evaldo Cruz, respectivamente. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2013/04/o-obelisco-do-acude-novo-uma-homenagem.html> e <https://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/memoria-fotografica-parque-evaldo-cruz.html>.



ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

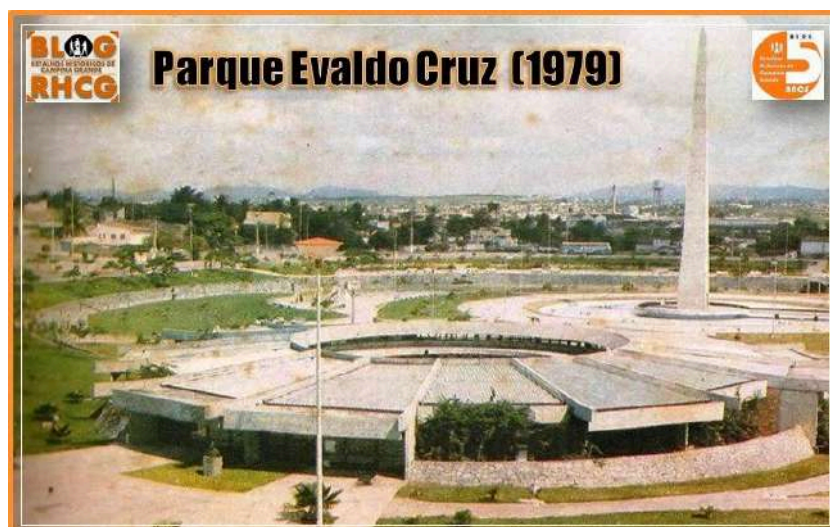


Figura 7: Museu de Arte Assis Chateaubriand, atual Secretaria Municipal da Cultura.
Fonte: Blog CG Retalhos⁷

Em 2007, com a construção do primeiro Terminal de Transporte Integrado de Ônibus em uma das extremidades do Parque, surgiram novas oportunidades de revitalização do espaço. No entanto, essas oportunidades foram negligenciadas, pois o projeto do terminal não contemplou a integração com o parque. Essa desconexão se estende também ao Museu de Arte Assis Chateaubriand, cuja implantação desconsiderou as possibilidades de acesso e interação com o Parque, demonstrando uma recorrente desarticulação entre os novos empreendimentos e o espaço histórico do antigo Açude Novo. A disposição dos projetos ao redor do parque reflete uma visão fragmentada do urbanismo local, reforçando a percepção do Parque Evaldo Cruz como um espaço obsoleto, apenas uma área de passagem com crescente associação à insegurança.



Figura 8: Parque Evaldo Cruz, s/d.
Fonte: Blog CG Retalhos⁸

⁷ Retalhos Históricos de Campina Grande. **Parque do Açude Novo (1979)**. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2015/05/parque-do-acude-novo-1979.html>>.

⁸ Política na Paraíba. **Prefeitura de Campina Grande mantém ritmo da obra de revitalização do Parque Evaldo Cruz**. Disponível em:



Em 2022, um novo debate sobre o futuro do Parque Evaldo Cruz emergiu, desta vez focado em sua requalificação e em uma possível integração com o Parque do Povo, sede do evento 'O Maior São João do Mundo'. O crescimento exponencial da festa junina, juntamente com o aumento populacional de Campina Grande, impulsionou uma discussão pública sobre a superlotação do Parque do Povo, evidenciando a necessidade de repensar o uso do espaço urbano. Diante dessa realidade, o atual gestor recorreu às redes sociais para ouvir a população, reconhecendo que o espaço atual do Parque do Povo não comporta mais a magnitude do evento, especialmente com o crescente fluxo de turistas atraídos pelo São João.

Para solucionar esse e outros problemas, só existe, três opções e uma delas, ao meu ver não pode ser uma opção: 1) Deixar como está (essa não deve ser uma opção”; 2) Tentar ampliar a área do Parque do Povo que tem uma localização extraordinária e é perto de tudo e 3) Construir um “Novo Parque do Povo” e um local mais amplo, adequado e com infraestrutura. Eu, particularmente, tenho desenvolvido um pouco das duas opções e, confesso, gosto das duas alternativas, mas sou consciente de que ambas têm seus prós e contras. Aproveitei os dias que *tava* com COVID pra pensar um pouco a respeito do assunto, **pra ouvir algumas pessoas, de dentro e de fora da administração pública**. Aproveitei, também, pra “desenhar” algumas alternativas [...] Antes de mostrar o que *tá* sendo planejado, quero saber a opinião de vocês em, pelo menos, duas coisas e, pra isso, vou fazer duas enquetes nos próximos dois stories [...] O parque do povo deve ser ampliado onde está. Campina precisa de um novo local de eventos. Quanto à sua disposição de se permitir “ser convencido” e, quem sabe, mudar de opinião: [...] **Agora vamos ao que está sendo planejado e que será discutido com a cidade**, logo depois que a edição 2022 do Maior São João do Mundo terminar. Vamos fazer um encontro de avaliação com os diversos setores da cidade – cultural, comercial, serviços, prefeitura, segurança e etc [...]. (Postado por Bruno Cunha Lima em 2022).⁹

Essas enquetes foram parte de uma tentativa de engajar a comunidade no processo de replanejamento do evento. No entanto, essa estratégia de envolvimento pela plataforma digital levanta a questão: **O Instagram, por meio de enquetes, pode ser considerado uma ferramenta efetiva de gestão participativa, como proposto pela prefeitura de Campina Grande, e capaz de promover uma gestão mais inclusiva?** Embora inovadora, a utilização das enquetes no Instagram como principal forma de gestão participativa suscita dúvidas sobre sua capacidade de captar a diversidade de opiniões. Essa abordagem destaca a importância de considerar diferentes canais de diálogo para assegurar que a tomada de decisões reflita verdadeiramente os anseios da população.

A administração municipal está plenamente envolvida no projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz, que ainda está em andamento. Desenvolvido pela equipe de arquitetos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e com o projeto executivo elaborado em parceria com a Atecel, esse esforço reflete um investimento de R\$40 milhões. Na primeira etapa do projeto, foram entregues o túnel que conecta os Parques do Povo e Evaldo Cruz, a ponte da rua Lino Gomes da Silva, um pátio multiuso, escadarias para a área da fonte, além da revitalização do obelisco e a instalação de uma fonte luminosa. Também foram realizadas obras de pavimentação ao redor do obelisco, construção de rampas de acessibilidade, paisagismo dessa fase inicial, a colocação de gradis de proteção, e a implementação de iluminação em LED em todo o parque.

“Por meio de um túnel, vamos interligar o Parque do Povo ao Evaldo Cruz,

<<https://politicanaparaiba.com.br/prefeitura-de-campina-grande-mantem-ritmo-da-obra-de-revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz/>>.

⁹ Publicação do Prefeito Bruno Cunha Lima na plataforma do Instagram na data de 03 de julho de 2022.

ampliando a área para o São João, que é a principal festa da cidade. Essa é a primeira etapa de execução da obra, estamos em ritmo acelerado para conseguirmos entregar até o final do mês de abril”, explicou Joab Machado (Notícia do site oficial da Prefeitura de Campina Grande – PB).¹⁰



Figura 9 e 10: Projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz
Fonte: Seplan/Codecom

A segunda fase da obra dará ênfase à infraestrutura esportiva, incluindo a instalação de diversos equipamentos, como quadra poliesportiva, pista de caminhada, ciclovia, skate plaza e academia popular.



Figura 11 e 12: Projeto de revitalização do Parque Evaldo Cruz
Fonte: Seplan/Codecom

Apesar das diversas intervenções realizadas ao longo das décadas no Parque Evaldo Cruz, essas mudanças não lograram transformar o espaço em um local de pleno aproveitamento e integração com a comunidade. Cada fase de revitalização, desde a transformação em parque até os projetos mais recentes, falhou em resolver integralmente os problemas de funcionalidade e conexão com a cidade. O recente processo de revitalização, embora promissor, repete padrões anteriores ao não engajar suficientemente a população no planejamento e implementação das mudanças. A experiência evidencia que a participação efetiva da comunidade é fundamental para garantir que as intervenções urbanas atendam realmente às necessidades e expectativas dos usuários.

¹⁰ PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Revitalização do Parque Evaldo Cruz se destaca no pacote de obras dos 159 anos de Campina Grande.** Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz-se-destaca-no-pacote-de-obras-dos-159-anos-de-campina-grande/>.

3.2 Cine Capitólio

O Cine Capitólio (Figura 13 e 14) foi inaugurado em 20 de novembro de 1934, com a intenção de atender a múltiplas finalidades, funcionando tanto como cinema quanto como teatro. Exemplar da arquitetura Art Déco, foi classificado como um estabelecimento de 'classe A' devido sua suntuosidade, recebendo elogios da imprensa local por seu conforto, elegância e pela capacidade de acomodar até mil espectadores (Cabral Filho, 2010). Além de projeções de filmes e peças de teatro, o cine também sediava eventos sociais, como a coroação da Rainha dos Estudantes (Lopes, 2008). Contudo, a experiência proporcionada pelo Cine Capitólio transcendia as fronteiras físicas do edifício.



Figura 13 e 14: Cine Capitólio em 1934 e 1990, respectivamente.
Fonte: Blog CG Retalhos¹¹

Dada a televisão ser um artigo de luxo e acessível apenas a uma minoria privilegiada da época, o cinema se destacava como a opção de lazer preferida. Verdadeiras multidões se reuniam em seu interior, nas calçadas e praças adjacentes, e provocava a eclosão de diversas atividades correlatas. No contexto do Cine Capitólio, situado próximo à Praça Clementino Procópio, era frequente o uso dos espaços por jovens, adultos, bem como pelas crianças (Costa, 2010).

Entretanto, a popularização da televisão na década de 1950, o advento dos videocassetes na década de 1980, e a adaptação das salas de exibição em shoppings nos anos 1990 (Souza; Oliveira Filho, 2019) resultaram no declínio dos cinemas de rua, levando ao seu desaparecimento ou à necessidade de adaptação a outras demandas. Dada essa nova realidade, o Cine Capitólio, passou a exibir filmes do gênero 'Pornochanchada' para sobreviver (Costa, 2010), até encerrar de fato suas atividades em 1999. A partir deste ponto, o Cine tornou-se objeto de disputas técnicas e deficiências em sua gestão que persistem até os dias de hoje.

Ainda em 1999, o imóvel é adquirido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, sob a administração do prefeito Cássio Cunha Lima, que através do projeto Campina Déco, planejava transformar o referido bem em uma Área de Livre Comércio e Cultura (ARCCA). A tônica da proposta se torna evidente em uma manchete do Diário da Borborema, o principal jornal de Campina Grande, que anunciava: 'O prédio do antigo cinema dará lugar em breve a uma espécie de shopping popular, destinado a abrigar os vendedores ambulantes que atualmente se aglomeram nas ruas do centro de Campina Grande' (PMCG vai demolir o Capitólio. Diário da Borborema, 6 de fevereiro de 1999). O programa do projeto incluía depósito, cabine telefônica,

¹¹ Retalhos Históricos de Campina Grande. **20 de novembro de 2014:** 80 anos do Cine Capitólio. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/11/20-de-novembro-de-2014-80-anos-do-cine.html>>.

barracas, quiosques, jardineiras e bancos de apoio, configurando-se como um grande corredor central com bancas dispostas em suas laterais (Figura 15).

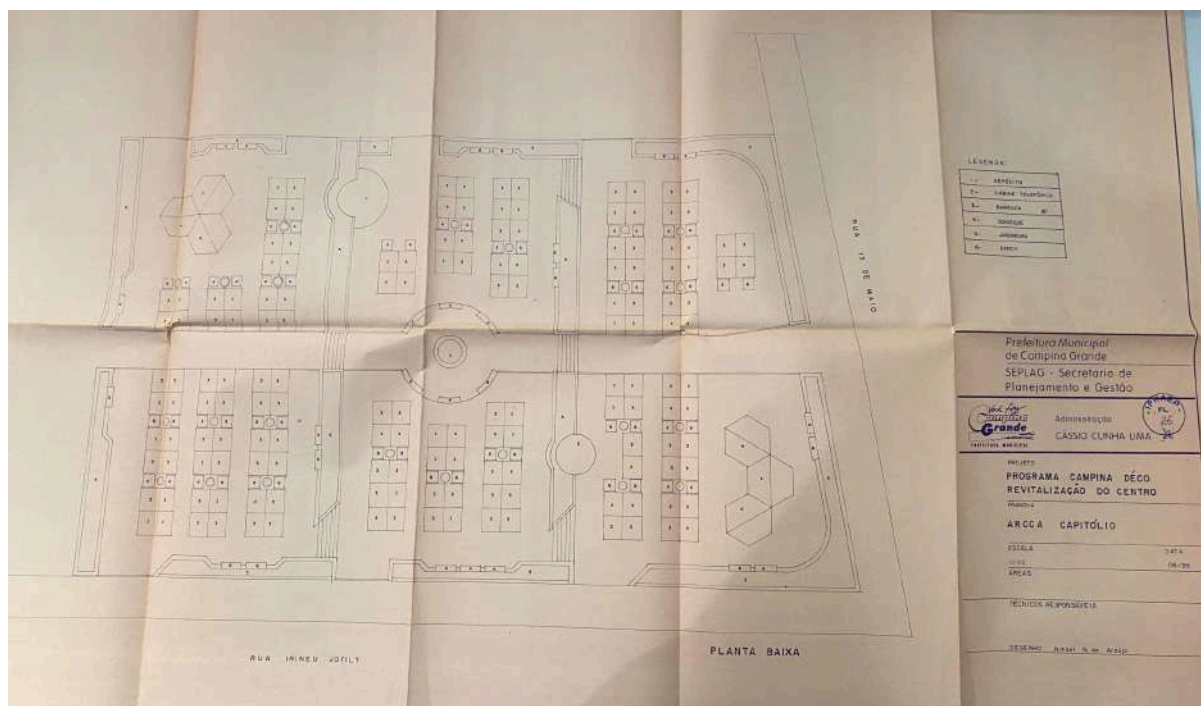


Figura 15: Proposta ARCCA Capitólio.
Fonte: Acervo IPHAEP

No entanto, a perspectiva de demolição suscitou descontentamento por parte da Curadoria do Patrimônio Público juntamente com a Curadoria dos Direitos do Cidadão de Campina Grande, que juntas ingressaram com uma ação cautelar em 22 de abril de 1999, requerendo uma liminar para impedir o poder público de demolir ou realizar qualquer intervenção no Cine Capitólio. Diante da ameaça aos seus planos, o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Campina Grande à época, Fernando Catão, principal responsável pelo Projeto ARCCA, solicitou a demolição do Cine Capitólio por meio de requerimento ao IPHAEP em 14 de maio de 1999. No documento, o Secretário desqualifica o Cine, afirmando que "sua arquitetura, nem forçosamente, pode ser considerada de notável qualidade estética, inexistindo interesse público na sua preservação" (SEPLAN, 1999). Todavia, no dia 25 de maio de 1999, o jornal Diário da Borborema noticia o êxito do pedido das Curadorias, informando que 'O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Carlos Antônio Sarmento, concedeu a liminar às curadorias do Patrimônio Público e dos Direitos Humanos, proibindo a Prefeitura Municipal de Campina Grande de demolir o edifício do antigo Cine Capitólio e de transformá-lo em um camelódromo' (Capitólio resiste. Diário da Borborema, 25 de fevereiro de 1999).

É interessante observar a atuação da comunidade acadêmica neste contexto, com professores e estudantes do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba - campus II (hoje, UFCG) liderando o Movimento Contra a Demolição do Capitólio. Destaca-se o 'Ato contra a demolição do Cine Capitólio', uma iniciativa realizada em 25 de setembro de 1999, visando conscientizar a população sobre o valor cultural do cinema para a cidade. O evento envolveu a utilização de poesias, exhibições de filmes, distribuição de panfletos, performances musicais e afixação de faixas com mensagens como "Capitólio, Campina precisa de você" (Lima, 2020).



Lapa (2012) classifica as atitudes no que diz respeito ao controle da conservação do patrimônio em três tipos: a atitude passiva, na qual os atores envolvidos apenas assistem à degradação do bem, sem revolta ou proposta; a atitude reativa, caracterizada pela reação isolada ou em grupos organizados; e por fim, a atitude proativa, constituída pela ação antecipada dos atores a uma eventual desfiguração ou perda. Segundo as classificações do autor, é possível notar uma postura de proatividade da população campinense diante de uma iminente perda do Cine Capitólio, o que evidencia a relevância deste patrimônio para a sociedade civil.

Em sessão realizada em 2 de fevereiro de 2000, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC), órgão deliberativo do IPHAEP, decidiu pelo tombamento do Cine Capitólio. No dia 11 do mesmo mês, o tombamento foi homologado pelo decreto nº 20.905, assinado pelo então Governador do Estado, José Targino Maranhão, e publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba. Após todos os imbrólios na obtenção do status de patrimônio tombado, acreditava-se que os defensores do cinema pudessem finalmente desfrutar de um período de tranquilidade. Entretanto, esta expectativa revelou-se equivocada. Mesmo após a concretização do tombamento, o Cine Capitólio figurou por duas décadas como um exemplo emblemático de "elefante branco": caracterizado como patrimônio tombado, porém negligenciado e esquecido.

De 2001 a 2010, há um hiato de ações sob a materialidade do Cine, muito embora, é possível encontrar no site da Câmara Municipal de Campina Grande, alguns requerimentos solicitando entre outras coisas: destombamento, transformação do Cine em shopping popular e projeto para iniciativa cultural. Na análise desses materiais, destaca-se a maneira pela qual alguns representantes do poder legislativo caracterizam o Cine Capitólio e delineiam seu valor. Um exemplo disto pode ser observado nas declarações do Vereador João Dantas, no qual afirma, que, "o edifício público em questão carece de relevância histórica ou artística e não justifica a proteção pública que lhe é conferida" (Câmara Municipal de Campina Grande, 2008). Da mesma forma, o Vereador Walter Brito Neto enfatiza que "o referido edifício não possui qualquer valor histórico ou artístico, conforme alegado por especialistas locais no campo da cultura [...]" (Câmara Municipal de Campina Grande, 2005). O requerimento de 2001 apresentado pelo Vereador Romero Rodrigues foi o único deste recorte analisado a ressaltar a necessidade de promover um debate com a comunidade a fim de deliberar sobre o destino do cinema (Figura 16).



ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (Casa de Félix Araújo)		TRANSCRIÇÃO VTS TRANSCRIÇÃO
REQUERIMENTO Nº 3-5/2001	Entrada na Secretaria Em 13/04/2001 Secretário	DESPACHO Aprovado na Sessão de
	Adiado para próxima Sessão Em Presidente	Presidente 1º Secretário
Ementa: REQUER REALIZAÇÃO DE SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR A MELHOR DESTINAÇÃO PARA O PRÉDIO DO CINE CAPITÓLIO Requeiro, obedecidas as normas regimentais, que a Casa promova uma Sessão Especial para discutir a destinação que o povo de Campina Grande deseja para o prédio do antigo Cinema Capitólio. A Câmara Municipal, como uma caixa de ressonância da população campinense, é o local adequado para tratar com os diversos segmentos da sociedade este tema e apontar à Edilidade de Campina Grande a melhor proposta. Além do mais, o prefeito Cássio Cunha Lima, como um cidadão extremamente democrático, está incentivando o debate, e esta seria uma excelente oportunidade. Que a Casa convide todos os segmentos envolvidos na questão para que a melhor alternativa seja encontrada e o prédio tome o rumo mais adequado mais adequado. Plenário, 05 de abril de 2001 ROMERO RODRIGUES Vereador Presidente ARQUIVE-SE Em 29 de 2001		

Figura 16: Requerimento do Vereador Romero Rodrigues, datado de 2001.
Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande¹²

Nenhum dos mencionados requerimentos obteve êxito, resultando em mais de uma década de inatividade, mesmo após o tombamento oficial, o que culminou na deterioração do bem, incluindo a perda total do seu telhado em 2013. Consoante com Rodrigues (2018), as ruínas podem ser categorizadas em três tipos: ruínas do tempo, aquelas que sofreram desgaste e intempéries no período anterior ao reconhecimento de seu valor; ruínas do incidente, aquelas afetadas por ações humanas, como incêndios e guerras, ou por desastres naturais, como inundações e terremotos; e por último, ruínas da incúria, resultantes da ineficiência e descaso na gestão do patrimônio tombado. O Cine Capitólio é um exemplo ilustrativo desse último tipo, uma vez que, apesar de seu tombamento pelo IPHAEP, permaneceu em estado de ruína por décadas. Isso reforça o pensamento defendido por Rabello (2009): o tombamento por si só não é sinônimo de preservação do bem, este se constitui apenas como um instrumento na complexa rede do campo do patrimônio.

¹² Câmara Municipal de Campina Grande. **Projeto de Lei nº 24024.** Disponível em: <<https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/materia/24024>>.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

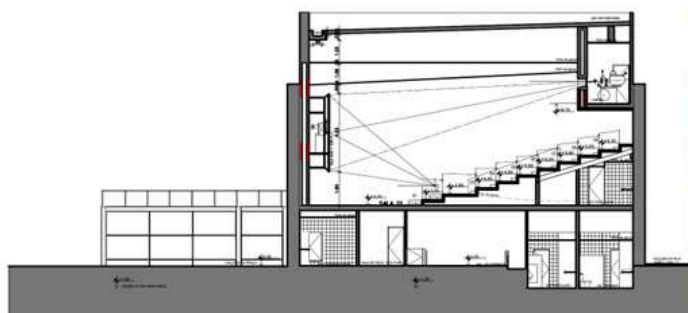
De 2010 a 2018, uma segunda proposta de intervenção no Cine desponta. Esse projeto, de uso cultural, foi concebido pela arquiteta Mayrla Souto Maior e selecionado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, dentre outras três propostas, com o objetivo de dar uma nova vida ao antigo cinema. A proposta, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, contemplava livraria, duas salas de cinema, e ainda um terraço com café/bistrô de anexo, conectando o edifício com a praça Clementino Procópio, no seu entorno. Os referidos ambientes eram distribuídos em dois pavimentos (Figura 17, 18, 19, 20, 21 e 22).





ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



CORTE BB*



Figuras 17, 18, 19, 20, 21 e 22: Cine Capitólio em 1934 e 1990, respectivamente.
Fonte: Acervo Mayrla Souto Maior

O referido projeto parecia estar alinhado com as aspirações da população, a qual já havia solicitado por meio de protestos, em 1999, como vimos anteriormente, a continuidade do uso cultural do edifício. No entanto, o parecer do IPHAEP, emitido em 9 de dezembro de 2010, desaprovou a proposta e apresentou as seguintes críticas:

- A proposta não apresenta especificação de materiais adequados à análise [...]
- Inserção de nova cobertura com materiais conflitantes com a tipologia tradicional [...];
- Utilização acrescida de 1/3 da altura original da fachada do imóvel [...];
- Inserção do volume café justaposto ao volume original ocasionando alteração da tipologia original do imóvel;
- Utilização de publicidade abusiva;
- Utilização de telha metálica;
- Espécie de painel ou brise sobre fachada (IPHAEP, 2010, p.2).

Em 4 de agosto de 2015, é realizada uma audiência com diversos órgãos e agentes para discutir o impasse em torno do projeto de revitalização do Cine Capitólio, o mesmo que já havia sido apresentado em 2010. Participaram da audiência o Promotor José Eulámpio Duarte; o Prefeito Romero Rodrigues; André Agra e Alana Carvalho, da SEPLAN; Mayrla Souto Maior, arquiteta responsável pela proposta; Geraldo Cavalcante e Andreza Medeiros, da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Campina Grande - SUDEMA; Verneck Abrantes e Dinival Filho, representantes do CREA; e Aníbal de Lima, Moura Neto e Gustavo Nóbrega de Lima, representantes do IPHAEP. O parecer sobre a proposta foi expedido em 27 de outubro de 2015, mantendo a não aprovação do projeto. Desta vez, a análise foi mais detalhada, apontando falhas no desenho técnico e inconsistências no material escolhido para a cobertura. O Arquiteto Aníbal Moura Neto, responsável pelo parecer, destacou a importância de manter a altura original do edifício, um aspecto que a proposta de Mayrla persistia em desconsiderar.

Entendemos o quão difícil é para um gestor atender a todas as demandas tendo, como forma de suprir as limitações financeiras do ente público, de recorrer à parceria público-privado (PPP), onde se tem como premissa o retorno financeiro



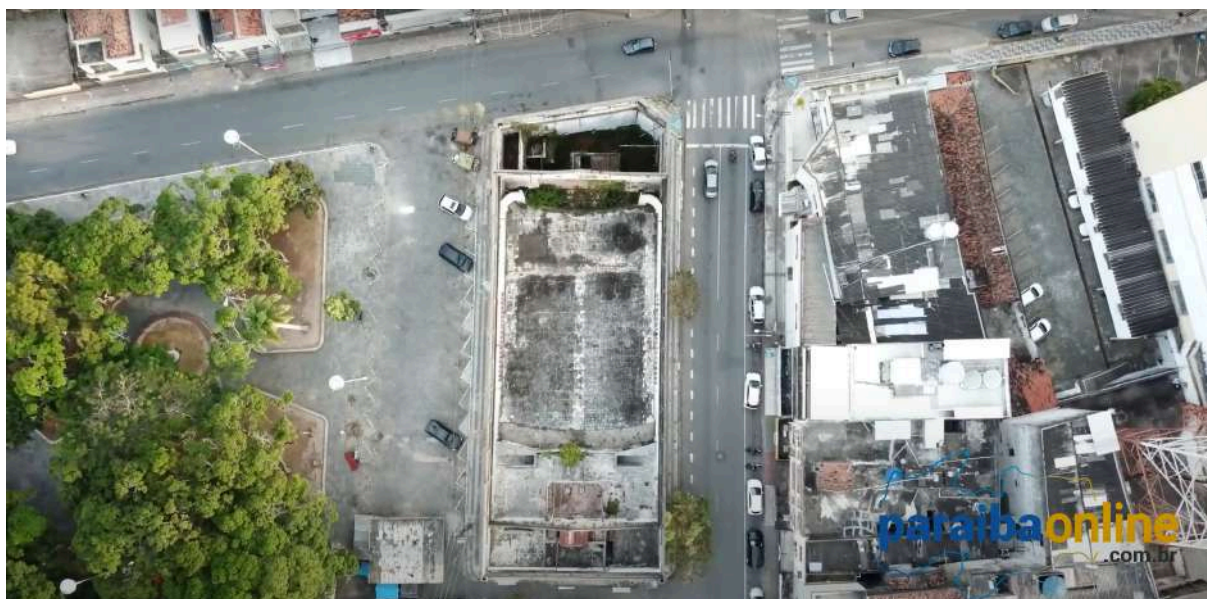
ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

do empreendimento, e poder, assim, no caso específico, recuperar um bem de valor cultural e devolvê-lo a sociedade. No entanto, temos que ter em mente a necessidade de mantê-lo íntegro, representativo. Senão de que valeria o instituto do tombamento? (IPHAEP, 2015, p.12)

Determinado a resolver definitivamente o impasse em torno do projeto de revitalização do Cine Capitólio, o Prefeito Romero Rodrigues, por meio do Secretário de Obras André Agra, enviou em 30 de maio de 2018, três anos após a segunda negativa do IPHAEP, a proposta elaborada por Mayrla Souto Maior para nova apreciação do órgão. Apesar das correções e reenvios ao longo de oito anos, o projeto manteve essencialmente as mesmas escolhas, como o aumento da altura original do edifício e o volume do café sem separação mínima do imóvel principal. Em vista disso, o IPHAEP novamente não aprova a proposta, reiterando as críticas anteriores e acrescentando a necessidade de um mapa de danos existentes, dada a deterioração do imóvel, além de uma proposta urgente de contenção de danos.

Após transcorrer alguns anos e ocorrerem mudanças na liderança municipal - saindo Romero Rodrigues e assumindo Bruno Cunha Lima -, o Cine Capitólio volta a figurar no cenário de discussões. Neste contexto, é crucial salientar que já se passaram duas décadas desde o tombamento do bem imóvel, que, lamentavelmente, encontrava-se em estado avançado de degradação, como evidenciado nas figuras 23 e 24.





ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figura 23 e 24: Estado de deterioração do Cine Capitólio em 2023.
Fonte: Paraíba Online¹³

Em 9 de março de 2022, a Prefeitura Municipal de Campina Grande solicitou, por meio do ofício nº 367/2022/GP, que o IPHAEP avaliasse um novo projeto de intervenção arquitetônica no Cine Capitólio, denominado "Capitólio da Educação". O processo incluía um memorial descritivo e plantas técnicas, e o programa de necessidades abrangia vinte ambientes, organizados em quatro grupos principais (Figura 25). O parecer do IPHAEP, publicado em 4 de março de 2022, aprova a proposta, fazendo apenas algumas ressalvas em relação ao tipo de telha utilizada na cobertura, que deveria ser em tom semelhante a telha do edifício original, e aos revestimentos, que deveriam ser em tons claros e em acabamento fosco.

PROGRAMA DE NECESSIDADES							
CINE TEATRO	- Bilheteria - Coxias - Sala de Espetáculos - Sala Financeiro - Sala de Projeções - Sala Estar	EDUCACIONAL	- Sala Acervo - Salas de Estudos Coletivo - Sala de Estudos Individuais - Salas Multiusos - Recepção - Depósito	PÁTIO	- Saguão - Praça de Eventos/Alimentação - Cantina - Espaço Estar	APOIO	- Banheiros - DML - Administração - Sala de Apoio Funcionários

Figura 25: Programa de Necessidades - Projeto Capitólio da Educação.
Fonte: Acervo IPHAEP, modificado pelos autores (2024)

¹³ Paraíba Online. **Cine Capitólio:** Veja imagens exclusivas de como está o interior do prédio em Campina Grande. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/paraiba/2022/12/27/cine-capitolio-veja-imagens-exclusivas-de-como-esta-o-interior-do-pre-dio-em-campina-grande/> >.

Os ambientes foram distribuídos em dois pavimentos, preservando a altura original do edifício, com a incorporação de estruturas metálicas para reforço estrutural. Essas estruturas consistem em perfis I (viga + pilar) e vigas Vierendeel. O memorial descritivo do projeto destacou a acessibilidade na maioria dos espaços, além da preservação da pintura e dos elementos arquitetônicos originais do edifício. Os fechamentos internos do pavimento térreo são em alvenaria de vedação, enquanto os do pavimento superior são em steel frame, com lajes em steel deck. O piso é em granilite, e as esquadrias externas e internas são em alumínio com vidro translúcido (Figuras 26, 27, 28, 29, 30 e 31). No ano de 2023, mais especificamente em janeiro, o Secretário da SEPLAN-CG, Felix Araújo Neto, concede entrevista ao “Portal da Cidade”¹⁴ e anuncia publicamente este novo projeto de requalificação do Cine Capitólio. O projeto foi desenvolvido pela própria SEPLAN em colaboração com a UniFacisa, instituição de ensino privada de Campina Grande, e terá condução da Secretaria de Educação. A licitação da obra foi publicada no Tribunal de Contas do Estado-PB em 26 de setembro de 2023, com valor estimado em R\$7.636.309,12 (sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e nove reais e doze centavos).



Figura 26, 27, 28, 29, 30, 31: Projeto Capitólio da Educação.

Fonte: Acervo digital da Promotoria do Meio Ambiente de Campina Grande

Após mais de duas décadas de negligência, disputas políticas e falhas de gestão, a população de Campina Grande finalmente teve esperança de ver o patrimônio, que estava em estado avançado de ruína, recuperado. No entanto, até o presente momento da escrita deste artigo, a obra do

¹⁴ Portal da Cidade Campina Grande. **Obra de requalificação do Cine Capitólio deve ser iniciada este ano.** Disponível em: <https://campinagrande.portaldacidade.com/noticias/cidade/obra-de-requalificacao-do-cine-capitolio-deve-ser-iniciada-este-ano-1706>.



ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Capitólio da Educação, que foi iniciada em janeiro deste ano, e que poderia ser um final, não ideal, mas ameno, para essa trama, já passou por: embargo da obra pelo IPHAEP por demolição da marquise original do projeto em março; retirada do embargo após Secretaria de Educação recorrer administrativamente em abril; paralisação da obra e solicitação de quebra de contrato pela construtora MVP Engenharia e Construção LTDA, alegando ausência de projetos executivos básicos em maio; decisão judicial expedida pela 2ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande determinando retomada imediata das obras em julho. Informações apontadas pelos sites “Paraíba Online”¹⁵ e “Página 1 PB”¹⁶. Estes inúmeros reveses que se arrastam desde 1999 e persistem até os dias de hoje na história do Cine Capitólio são um atestado claro de como o patrimônio cultural dos municípios é preterido e posposto pelas administrações públicas municipais. Vinte e quatro anos após o tombamento de um bem, ainda nos deparamos com dilemas burocráticos e falta de trato com questões sensíveis ao campo da conservação.

É importante salientar que ao longo de todo processo de patrimonialização e gestão patrimonial do Cine Capitólio, a etapa decisória esteve restrita a apenas dois atores que disputam entre si: o IPHAEP, como órgão estadual de preservação do patrimônio e a Prefeitura Municipal de Campina Grande no âmbito municipal, entre eles, o meio jurídico, que atua como instrumento. A participação da academia é esporádica e limitada, da mesma forma em que a população não tem voz ativa no processo. Estas assimetrias de participação entre a população e os agentes técnico-administrativos comprometeram a apropriação da sociedade civil ao bem, o que contribuiu no agravamento do desgaste do edifício, este que carrega consigo papéis significativos na memória urbana e no patrimônio cultural da cidade, que vão desde os aspectos materiais, como o prédio, a arquitetura, o layout da rua e a fachada; até elementos imateriais, como as interações sociais.

Apesar da clara necessidade dessas e de outras ações por parte do município, a forma como o processo decisório desses projetos tem sido conduzida é questionável. Em se tratando de bens patrimoniais como o Cine Capitólio, muitos são os desafios de como intervir, “mas a pergunta sobre como? intervir, não é a única e nem hierarquicamente a mais importante para a reflexão sobre a preservação” (Vieira-de-Araújo, 2022, p. 177). Outras perguntas, consideradas questões-chave que norteiam as ações no campo da preservação patrimonial são o que?, por que?, e para quem?, sendo esta última motivo de crescente atenção, pois “as demais questões pouco importam sem uma acurada atenção sobre a quem importa a preservação de determinado bem cultural” (ibid., p.177).

É crucial destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, já preconizava a necessidade de colaboração da comunidade junto ao poder público na identificação e proteção do patrimônio (art. 216, parágrafo 1º). Meneses (2009) enfatiza que: “[...] os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social” (Meneses, 2009, p.33).

¹⁵ Paraíba Online. **Secretário informa que governo do Estado embargou obras do antigo Cine Capitólio, IPHAEP libera a retomada na obra na área do antigo Cine Capitólio e Justiça determina retomada de obras de requalificação do Cine Capitólio.** Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/03/21/secretario-informa-que-governo-do-estado-embargou-obras-do-antigo-cine-capitolio/>>.

<<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/04/11/iphaep-libera-a-retomada-na-obra-na-area-do-antigo-cine-capitolio/>> e <<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/07/22/justica-determina-retomada-de-obras-de-requalificacao-do-cine-capitolio/>>.

¹⁶ Página 1 PB. **Capitólio: construtora paralisa obra, faz acusações e ameaça levar PMCG ao TCE; governo rebate.** Disponível em: <<https://pagina1pb.com.br/capitolio-construtora-paralisa-obra-faz-acusacoes-e-ameaca-levar-pmcp-ao-tce-governo-rebate/>>.



A partir desta compreensão, podemos verificar que os percalços aqui identificados vão muito além do âmbito do patrimônio. É uma discussão que tem o planejamento e gestão como raiz profunda, mais especificamente o caráter não-participativo destes dois campos. Apesar das disputas políticas entre os órgãos se caracterizar como o enredo principal da trama, há um pano de fundo por trás desse debate, que podemos ponderar ao elaborar as seguintes hipóteses: **caso houvesse tido maior participação popular no processo de patrimonialização bem como na gestão patrimonial do Cine Capitólio, o bem imóvel teria alcançado avançado estado de arruinamento? Como uma gestão patrimonial participativa poderia ter contribuído para a manutenção da materialidade do bem e para maior celeridade nas ações?**

4 PLANEJAMENTO E GESTÃO PATRIMONIAL PARTICIPATIVOS E SEUS DESAFIOS

Planejamento e gestão são conceitos frequentemente associados ao campo empresarial, embora sejam indispensáveis em qualquer área de expertise para alcançar objetivos específicos. No contexto do patrimônio cultural, não seria diferente. Para Souza (2009), o planejamento representa a preparação para a gestão futura, buscando evitar ou minimizar problemas e ampliar as margens de manobra. A gestão, por sua vez, refere-se à concretização das condições estabelecidas pelo planejamento. Já para Buarque (1999), o planejamento é uma ferramenta utilizada para tomar decisões e organizar ações de forma racional, visando garantir os melhores resultados.

Em Plano de Gestão da Conservação Integrada, Pontual (2012) observa que a gestão pública contemporânea é marcada pela descentralização das decisões e responsabilidades políticas, bem como pela participação da sociedade nas escolhas. Esse modelo descentralizador transfere grande parte da responsabilidade pela solução de problemas estruturais dos serviços públicos essenciais para os municípios. Diante de tamanho poder, torna-se fundamental adotar medidas para evitar práticas como o clientelismo, sendo essencial uma gestão participativa que envolva diretamente a sociedade civil organizada, empresários, sindicatos, entre outros.

Silva (2004) identifica tanto possibilidades quanto limitações no processo de descentralização. A maior possibilidade reside no aprendizado democrático por meio da participação social, que constroi uma nova concepção de Estado, superando a visão assistencialista. As limitações, por outro lado, estão na capacidade dos governos locais de enfrentar problemas estruturais, como o combate à pobreza e a geração de emprego e renda. Com isso em vista, o autor sugere a transição para um novo modelo de gestão, que deve evoluir do modelo vertical e centralizado (Figura 32) para um modelo horizontal, que promova a intersetorialidade (Figura 33) através do trabalho colaborativo entre o secretariado e o Executivo, com o objetivo de adequar políticas e otimizar recursos. Ainda mais eficaz, a adoção de um modelo democrático, que estabeleça relações integradas entre o Estado e a sociedade (Figura 34).

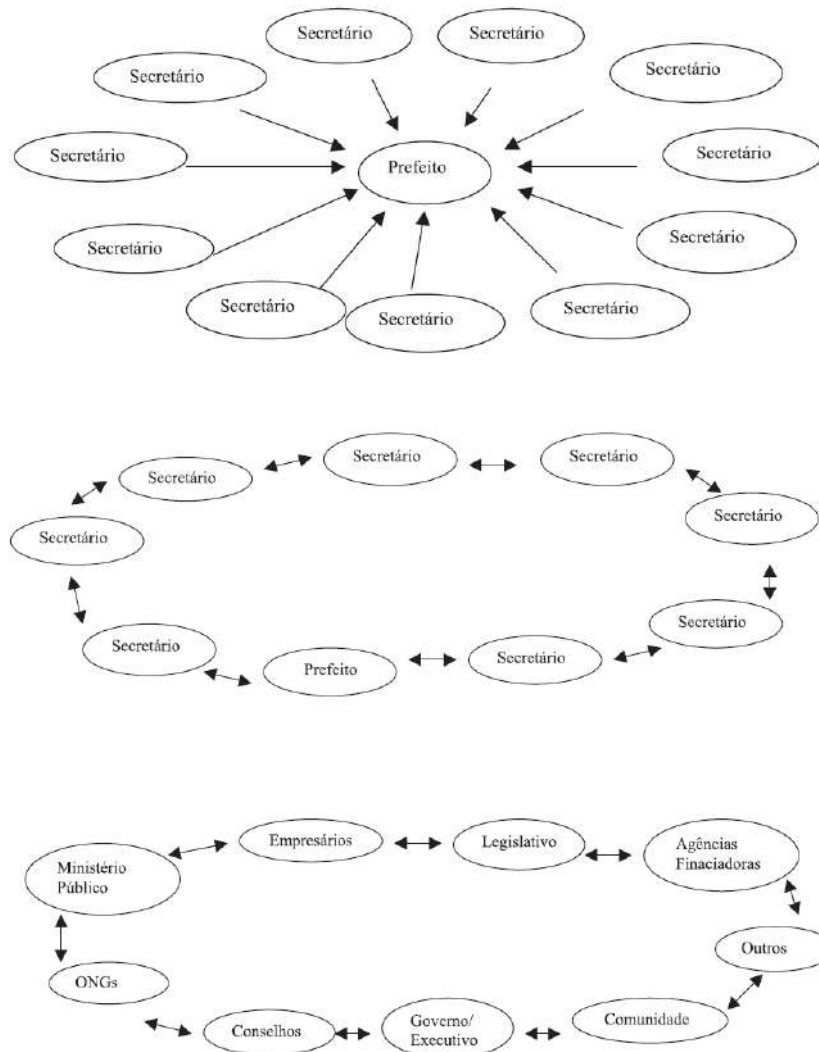


Figura 32, 33 e 34: Estrutura vertical e centralizada, estrutura horizontal de governo e estrutura horizontal de relação Estado-Sociedade, respectivamente.
Fonte: Silva (2004)

O Estado não está dissociado da sociedade, portanto, para que ocorra uma verdadeira mudança em direção a gestões mais participativas, é necessário também transformar a mentalidade daqueles que atuam no aparelho estatal, os gestores. Processos verticais e posturas tecnocráticas tendem a se distanciar da realidade social. Em *Gestão Pública e Transformação Social no Brasil*, Silva (2004) argumenta que o novo papel do gestor é o de um profissional articulador, capaz de dialogar com diferentes tipos de interlocutores sociais, desde os mais vulneráveis até os mais conscientes de seus direitos. Para isso, é crucial conectar técnica e política, em um processo que Pierre Levy denomina tecnocracia, no qual o técnico oferece sugestões e orientações, integrando seu conhecimento técnico às decisões democráticas.

Quando se trata da especificidade da gestão patrimonial, embora compartilhe características com a gestão pública em geral, apresenta singularidades, como o entendimento das políticas de preservação e a capacidade técnica de defender a importância da conservação. De La Mora



(2012) elabora um estudo abrangente sobre as atribuições, funções, competências e posturas que um gestor do patrimônio deve possuir, destacando:

Atribuições: [...] • Alimentar a co-responsabilidade cidadã em torno dos valores culturais e naturais [...]; • Desenvolver a articulação inter-setorial e a participação social entre grupos sociais relevantes para os programas de conservação patrimonial; • Conseguir que os programas sejam sustentáveis [...]. Funções: **Planejar**: Formular e propor, de forma participativa, metas, objetivos e prioridades a longo, médio e curto prazo [...] **Representar**: Assumir a representação da sua organização perante os parceiros, para explicitar suas posturas e disponibilidades buscando, a partir de processos de negociação, o estabelecimento de ações convergentes [...] **Administrar os recursos materiais**: A organização funciona com material de consumo, equipamentos e instalações [...] **Gerir o pessoal**: A gestão de projetos articulados e participativos exige que a organização esteja configurada e atue de forma descentralizada e participativa. A coerência dos meios com o fim assim o exige. O gestor deve ser capaz de gerir o pessoal como líder e não como autoridade [...] **Supervisionar e Monitorar o desempenho da equipe**: O gestor deve ser capaz de manter informações atualizadas sobre a organização, identificando o mais rápido possível áreas de problemas [...]. Competências e posturas: **Liderança**: Vontade e capacidade de conduzir processos, correr riscos e aceitar responsabilidades [...] **Flexibilidade**: Estar aberto às novas situações, ter capacidade de adaptar-se, ser inovador, enfrentar com estabilidade as tensões e os riscos das mudanças; **Capacidade de comunicação**: Deve ter habilidade de primeiro escutar para posteriormente se expressar de forma oral, escrita ou gráfica [...] (De La Mora, 2012, p. 116-120).

Além das posturas, funções e atributos do gestor patrimonial, é igualmente fundamental a elaboração de um plano de ações. Nesse sentido, Pontual (2012) fornece as bases necessárias. A autora discorre sobre a criação do Plano de Gestão da Conservação (PGC), cujo objetivo é preservar a especificidade, diversidade e autenticidade da tipologia e morfologia da cidade ou edifício, além de prolongar a vida útil de um bem cultural e suas características. A elaboração do PGC exige a constituição de uma estrutura organizacional com mecanismos de participação e negociação definidos, a formação de uma equipe técnica e de um programa de trabalho, a mobilização das instituições e atores envolvidos, e, por fim, a implementação de um esquema de divulgação e comunicação.

Todavia, para que tudo isso — PGC, atribuições e funções dos gestores, entre outros — funcione, há de se ter como premissa a participação social. No Brasil, a participação social e democrática nas políticas públicas começou a ganhar força nas décadas de 1970 e 1980, impulsionada pela efervescência de diversos movimentos sociais que reivindicavam direitos e o reconhecimento de novos sujeitos de direitos no país (Albuquerque, 2004). Essa ebulição democrática culminou com a promulgação da Constituição de 1988, que em seu artigo 1º já estabelecia que todo poder emana do povo. A nova 'Constituição cidadã' estipulava a participação direta da população por meio de seus representantes, e indireta, por meio de iniciativas populares, referendos, plebiscitos, conselhos, entre outros mecanismos. Em Manual da Participação Cidadã, Trükten (2004) conceitua doze métodos de participação:

- Planejamento Jurídico: [...] grupos menos favorecidos são representados por advogados da justiça cidadã, que se encarregam de incluir os interesses desses grupos nos processos de planejamento [...];
- Entrevistas dos cidadãos/Consultas na Internet/Plebiscito: [...] custos relativamente altos, deve-se facilitar o acesso a todas as informações necessárias e despertar o interesse dos indivíduos no tocante a informações e à participação [...];
- Método Delphi: Uma base de planejamento passa por diversas sessões de comentários feitos por



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

pessoas-chaves especialmente escolhidas [...]; - Oficina Cooperativa: Nesta oficina, a maior variedade possível de agentes envolvidos no planejamento e na execução deverá elaborar uma solução conjunta, no intuito de evitar prejuízos causados por incompatibilidade [...]; - Mediação: [...] é um processo de solução de conflitos. Opera de maneira semelhante à mesa redonda, mas sempre contando com um mediador externo [...]; - Open Space: [...] De 10 a 10.000 pessoas organizam um processo aberto. Estabelece-se o tema principal do processo, e os participantes citam temas escolhidos nos grupos de trabalho, que se reúnem em horários negociados livremente. [...] Desta forma, o evento transcorre sobretudo na base da auto-organização [...]; - Oficina de perspectivas: [...] Por meio de um grupo coordenador, as ideias coletadas por cidadãos, especialistas internos e externos, políticos, membros da administração e “turistas” dos planejamento são reduzidas a uma perspectiva realista [...]; - Planning for real: [...] é um processo participativo desenvolvido na Grã-Bretanha [...]. Utilizando papelão, fabrica-se uma maquete portátil do bairro, que em seguida é mostrada em lugares públicos (bares, bondes, metrô, etc.), com o intuito de fazer as pessoas trocarem ideias. A partir daí, são desenvolvidas propostas de mudanças e novas formas de atividades para a vizinhança [...]; - Oficina do planejamento: [...] indivíduos previamente selecionados juntam-se a especialistas, a fim de elaborarem um modelo ou alternativas concretas de planejamento para um determinado projeto [...]; - PPP/Parcerias locais: [...] O ideal é que estas parcerias aconteçam em conjunto ao longo de todas as fases do planejamento. Para tanto, podem ser utilizados elementos de diferentes métodos de comunicação [...]; - Mesa-redonda: Mesas-redondas tem duas características principais: ou estão voltadas para o problema (neste caso, geralmente contam com um mediador), ou atuam permanentemente como uma espécie de conselho consultivo [...]; - Conferência do futuro: O ponto de partida da conferência do futuro não reside nos problemas, mas sim nos pontos em comum. Portanto, partindo de prioridades comuns, deverá ser desenvolvido um modelo destinado à organização do futuro coletivo. Portanto, a ideia central deste método consiste na organização conjunta de uma perspectiva exequível (Trükten, 2004, p. 155-160).

Souza (2009) desenvolve uma escala de participação social que varia da não-participação, nas categorias 1 e 2, passando pela pseudo-participação, nas categorias 3, 4 e 5, até a participação autêntica, nas categorias 6, 7 e 8 (Figura 35). A primeira categoria, *coerção*, representa situações comuns em regimes totalitários, como a remoção de favelas, onde não há abordagem dialógica. A segunda categoria, *manipulação*, caracteriza-se por situações em que a população é induzida, por meio de propaganda ou mecanismos similares, a aceitar uma intervenção. A *informação* ocorre quando o Estado apenas comunica as intervenções planejadas, muitas vezes com informações ideologizadas. Na *consulta*, a população é ouvida, mas não há garantia de que suas opiniões serão incorporadas de fato. A *cooptação*, diferentemente da consulta, envolve canais e instâncias de participação permanentes, o que já pode se considerar um avanço. A *parceria*, segundo Souza (2009), é o primeiro nível de participação autêntica, pois envolve diálogo e transparência entre o Estado e a sociedade civil organizada. Na *delegação de poder*, o Estado transfere atribuições para a sociedade civil, estabelecendo uma co-gestão. Por fim, a *autogestão* é vista como o mais alto nível dentro de um sistema capitalista democrático, e ultrapassá-lo demandaria uma transição no macrocontexto social (Souza, 2009).



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figura 35: Escala da não-participação à participação autêntica.
Fonte: Souza (2009).

No contexto da participação social nas políticas de patrimônio cultural, Cunha (2018) argumenta que a participação em processos de salvaguarda de monumentos, como a patrimonialização, deve garantir uma gestão autônoma e sustentável. Isso exige mais do que a anuência prévia da população ou a coleta de informações por meio de entrevistas; é necessário entender como a comunidade se organiza, suas territorialidades, hierarquias e estruturas de poder, para selecionar os grupos, comunidades ou indivíduos que estarão envolvidos, especialmente aqueles que se identificam como lideranças. O diálogo deve ser baseado em informações claras e acessíveis, legitimando as lideranças e garantindo que elas atuem efetivamente, com debates frequentes para prestação de contas, deliberação conjunta, reivindicação e negociação entre a sociedade civil e o Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a construção de gestões patrimoniais participativas é um desafio, pois ainda há um distanciamento entre o tema do patrimônio e a sociedade, devido à forma como a política patrimonial foi instaurada no Brasil, onde a seleção dos bens patrimoniais seguia os valores das classes dominantes, a partir de uma visão elitista (Zanirato, 2009). Isso reforçou a percepção de que o patrimônio é uma política de especialistas, na qual a população não se reconhece.

Como discutido no arcabouço teórico, dinâmicas participativas meramente consultivas ou cooptativas são insuficientes para configurar uma gestão patrimonial de participação autêntica. É necessário abordar duas frentes: a primeira é a busca pelo que Souza (2009) chama de Planejamento e Gestão Autonomista, no qual técnicos e pesquisadores atuam como consultores a serviço da coletividade, sem reivindicar privilégios, contribuindo com seu conhecimento, mas sem se sobrepor aos demais cidadãos. O pensamento autonomista tem como pedra angular a convicção de que o usuário do produto é o mais legítimo juiz de suas qualidades, e não o especialista que o concebeu. Esse pensamento exige uma transformação profunda, na qual a participação dos indivíduos no processo de planejamento e gestão não é uma contribuição em processos decisórios comandados pelo Estado; mas sim os processos decisórios têm nos cidadãos o alfa e o ômega, onde tomam o destino em suas mãos sem a tutela de uma instância superior (Souza, 2009).



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

A segunda frente é o investimento em educação patrimonial, para que os representantes da sociedade civil, gestores e investidores adquiram conhecimentos e habilidades para tratar em igualdade as questões do campo do patrimônio. Instrumentos de educação patrimonial, como os inventários participativos, podem estimular as pessoas a reconhecerem elementos importantes de sua história e memória e inseri-las como agentes constituintes do patrimônio.

Diante do exposto, o presente estudo buscou identificar, através da análise dos projetos de intervenção e das práticas administrativas no Parque Evaldo Cruz e no Cine Capitólio em Campina Grande, se houve uma construção democrática de participação autêntica em seus processos decisórios de intervenção e no planejamento e gestão patrimonial. A partir das análises dos dados, e à luz do arcabouço teórico utilizado, conclui-se que houve uma assimetria entre a participação técnica e a participativa, perpetuada ao longo dos anos por uma visão tecnocrática que negligencia a população, seus reais usuários e detentores dos saberes culturais. Apesar da clara necessidade de intervenções nos bens imóveis analisados, e do entendimento mútuo que preservar não é deixar intocado, mas sim adaptar aos novos usos contemporâneos, respeitando as preexistências, quaisquer que sejam os instrumentos de gestão ou modelos de planejamento adotados para tal fim, ao não considerarem o patrimônio como fato social, se configuram como defasados ou ineficientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação Cidadã nas Políticas Públicas**. In: ADENAUER, Fundação Konrad. *Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias*. Fortaleza: Fortaleza, 2004. cap. 1, p. 15-60.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2ª. ed. Recife: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CABRAL FILHO, Severino. **Campina Grande - PB (1930–1950)**: Modernização, cotidiano e cultura material. Projeto História, [s. l.], ed. 40, p. 259-292, jan/jun 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6132/4454>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto de Lei nº 24024**. Disponível em: <<https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/materia/24024>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Requer ao diretor do IPHAEP parecer sobre destombamento administrativo do Cine Capitólio, prédio tombado que se localiza no centro de Campina Grande. Requerimento**. Registro em: 3 ago. 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Requer à Prefeitura Municipal de Campina Grande, estudos para transformação do Cine Capitólio em shopping popular**. Requerimento. Registro em: 28 jul. 2008.

CAMPINA GRANDE. **Lei Nº176**, de 30 de outubro de 1975. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande, PDDI-CG, e dá outras providências.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **A cidade em fragmentos**: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande – PB no período de 1990 a 2010. 2010. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) -



Universidade Federal de Pernambuco, [S. I.], 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29323>>.

CUNHA, Juliana. **Participação Social na Política de Patrimônio Imaterial do IPHAN: Análise de diretrizes, limites e possibilidades.** CPC, [s. I.], ano 2018, v. 13, n. 25, p. 60-85, jan./set. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138064>>.

CUNHA LIMA, Bruno. **Publicação na plataforma Instagram**, 3 jul. 2022.

DE ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande.** Edições da Livraria Pedrosa, 1962.

DE LA MORA, L. **A Gestão da Conservação do Patrimônio e seus Instrumentos.** In: (ORG.), S. Z. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p. 114-125.

DIÁRIO DA BORBOREMA. **PMCG vai demolir o Capitólio.** Campina Grande, 6 fev. 1999. Caderno Cotidiano, p. 1.

DIÁRIO DA BORBOREMA. **Capitólio resiste.** Campina Grande, 25 maio 1999. Caderno 1, p. 1.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Modernização em Campina Grande nas Páginas do Diário da Borborema.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

GLASS, Ruth Lazarus. **London: aspects of change.** No. 3. MacGibbon & Kee, 1960.

G1 Paraíba. **Campina Grande comemora aniversário com o maior pacote de obras da sua história.** G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-campina-grande/prefeitura-municipal-de-campina-grande/noticia/2023/10/04/campina-grande-comemora-aniversario-com-o-maior-pacote-de-obras-da-sua-historia.ghtml>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>.

IPHAEP. **Parecer nº 0412/2010.** Parecer. Registro em: 9 dez. 2010.

IPHAEP. **Parecer nº 0412/2010.** Parecer. Registro em: 27 out. 2015.

LAPA, Tomás de A. **Controle da Gestão da Conservação.** In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: CECI, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano.** Ideia, 2002.

LIMA, José. **Do "cinema que Campina Grande precisava" ao patrimônio que Campina Grande não preservou:** embates no processo de patrimonialização do Cine-Teatro Capitólio. Orientador: Prof. Me. Glauber Paiva da Silva. 2020. 41 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Estudos de História Local) - Universidade Estadual da Paraíba, [S. I.], 2020. Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/22256/5/TCC%20final%20%20Especializa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

LIMA NETO, C. A.; DANTAS, I. M. B.; SILVA, K. V. N. **A Modernidade Brutalista Paraibana na Década de 70:** O caso do Museu de Artes Assis Chateaubriand. In: 6º DOCOMOMO Norte/Nordeste, 2016, Teresina - PI.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

LOPES, Dougllas Pierre Justino da Silva. **Cinema em Campina Grande: Cine Capitólio o moderno e suas várias facetas (1934-1949).** XIII Encontro Estadual de História: História e Historiografia: Entre o nacional e o regional, Guarabira - PB, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2018%20%20Dougllas%20Pierre%20Justino%20da%20Silva%20Lopes%20TC.PDF>.

MENESES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Conferência Magna, [s. l.], v. 1, p. 25-39, 2009. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>>.

MINDA, Jorge Eduardo Calderón. **Os espaços livres públicos e o contexto local: O caso da Praça Principal de Pitalito – Huila – Colômbia.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília, 2008.

NÓBREGA, Zulmira. **A festa do maior São João do mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande, 2010.** Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação da UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970-1976, 2005.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PÁGINA 1 PB. **Capitólio: construtora paralisa obra, faz acusações e ameaça levar PMCG ao TCE; governo rebate.** Disponível em: <<https://pagina1pb.com.br/capitolio-construtora-paralisa-obra-faz-acusacoes-e-ameaca-levar-pmcp-ao-tce-governo-rebate/>>.

PARAÍBA ONLINE. **Secretário informa que governo do Estado embargou obras do antigo Cine Capitólio.** Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/03/21/secretario-informa-que-governo-do-estado-embargou-obra-s-do-antigo-cine-capitolio>>

PARAÍBA ONLINE. **IPHAEP libera a retomada na obra na área do antigo Cine Capitólio.** Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/04/11/iphaep-libera-a-retomada-na-obra-na-area-do-antigo-cine-capitolio/>>.

PARAÍBA ONLINE. **Justiça determina retomada de obras de requalificação do Cine Capitólio.** Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2024/07/22/justica-determina-retomada-de-obras-de-requalificacao-do-cine-capitolio/>>.

PMCG, Prefeitura Municipal de Campina Grande. **História de Campina Grande.** Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/historia/>>.

PMCG, Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Trade turístico de Campina Grande visita canteiro de obras do Parque Evaldo Cruz.** Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/trade-turistico-de-campina-grande-visita-canteiro-de-obras-do-parque-evaldo-cruz/>>.

PMCG, Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Revitalização do Parque Evaldo Cruz se destaca no pacote de obras dos 159 anos de Campina Grande.** Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz-se-destaca-no-pacote-de-obras-dos-159-anos-de-campina-grande/>>.

POLÍTICA NA PARAÍBA. **Prefeitura de Campina Grande mantém ritmo da obra de revitalização do Parque Evaldo Cruz.** Disponível em:



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

<<https://politicanaparaiba.com.br/prefeitura-de-campina-grande-mantem-ritmo-da-obra-de-revitalizacao-do-parque-evaldo-cruz/>>.

PONTUAL, V. A **Gestão da Conservação Integrada**. In: (ORG.), S. Z. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p. 90-100.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950), 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais**: O tombamento. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2009. 156 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf>.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA. **O Obelisco do açude novo e Memória fotográfica**: Parque Evaldo Cruz, respectivamente. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2013/04/o-obelisco-do-acude-novo-uma-homenagem.html>>.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA. **Parque do Açude Novo (1979)**. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2015/05/parque-do-acude-novo-1979.html>>.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **Memória Fotográfica**: Açude Novo. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2012/01/memoria-fotografica-acude-novo.html>>.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA. **Área do açude novo (década de 1960)**. Disponível em: <<https://cgretalhos.blogspot.com/2015/02/area-do-acude-novo-decada-de-1960.html>>.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA. 20 de novembro de 2014: **80 anos do Cine Capitólio**. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/11/20-de-novembro-de-2014-80-anos-do-cine.html>>.

RODRIGUES, A. **Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil**: memória e esquecimento. VI RUS, São Carlos, n. 16, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus16/?sec=4&item=3&lang=pt>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Autorização para demolição do Cine Capitólio**. Requerimento. Registro em: 14 maio 1999.

SILVA, Gustavo. **Gestão Pública e Transformação Social no Brasil**. In: ADENAUER, Fundação Konrad. Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias. Fortaleza: Fortaleza, 2004. cap. 2, p. 61-86.

SOUZA, Fabiano Badú de. **Modernidade à Conta Gotas**: Por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958). Dissertação (Mestrado em Cultura e Cidades). Campina Grande, 2013.

SOUSA, Márcia C. S.; OLIVEIRA FILHO, Wilson. **Em processo de extinção**: Os cinemas de rua sobreviventes e a vocação cinematográfica no espaço urbano carioca. Lex Cult, [s. l.], 30v. 3, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/154>>.

TRÜKTEN, Breno. **Manual de Participação Cidadã**. In: ADENAUER, Fundação Konrad. Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias. Fortaleza: Fortaleza, 2004. cap. 6, p. 141-168.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural**. Patrimônio e Memória, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/145/521>>.